



Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 19 - 09 de novembro de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Contagem regressiva para Copenhague: agricultura e mudanças climáticas	1
Tensão entre PEDs e PDs em Barcelona e Nova Délhi	3

NOTÍCIAS REGIONAIS

Especialistas debatem o papel da China no comércio e na governança econômica internacionais	4
Brasil levanta obstáculos à entrada de produtos argentinos no país	6

BREVE MULTILATERAL

ONGs obtêm acesso a solução de disputa sobre investimentos	8
--	---

BREVES REGIONAIS

Adesão da Venezuela ao Mercosul é aprovada em última comissão do Senado	9
Com novo marco regulatório, Brasil busca promover setor da mineração	10

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais	11
Fóruns Regionais	12
Informações Úteis	13

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Contagem regressiva para Copenhague: agricultura e mudanças climáticas

As negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) seguem em ritmo acelerado à medida que se aproxima a 15ª Conferência das Partes (COP 15), que será realizada em Copenhague. Nessa ocasião, além de fazer um balanço do regime vigente sob o Protocolo Quioto – cuja implementação é notoriamente fraca –, os países signatários negociarão os termos do novo acordo climático.

Há grandes expectativas de que os Estados Unidos da América (EUA) – país que não ratificou o Protocolo de Quioto – sejam incluídos de forma significativa no novo acordo, bem como certos países em desenvolvimento (PEDs) que não possuem compromissos de mitigação fixados no regime atual.

Contudo, as últimas reuniões têm apresentado poucos avanços em direção a um consenso acerca de compromissos em corte de emissões de gases de efeito estufa (GEEs) ou mitigação. O encontro em Nova Délhi, realizado em 22 e 23 de outubro, rendeu um acordo acerca de elementos a serem incluídos em um pacote sobre transferência de tecnologia ambiental. Entretanto, a rigidez nos posicionamentos polarizados entre países desenvolvidos (PDs) e PEDs quanto às responsabilidades de cada grupo permaneceu inalterada.

A reunião mais recente, realizada em Barcelona entre 2 e 6 de novembro, também não assistiu ao esperado movimento por parte dos países-chave. A hesitação do congresso estadunidense em admitir a possibilidade de que o país assumia compromissos de redução de emissões suscitou

críticas por parte dos representantes de vários PEDs. Delegados de diversos países africanos questionaram o engajamento dos PDs nas negociações climáticas.

A despeito da expectativa acerca da superação das divergências entre os países durante as próximas semanas, os trabalhos de elaboração dos textos que servirão de base para as negociações prosseguem. Um dos objetos de discussão relacionados à mitigação são as “abordagens setoriais cooperativas e ações setoriais específicas”. Dentre tais propostas, o tema da agricultura tem recebido especial atenção nos recentes encontros.

Duas opções no esboço de texto atual

A agricultura responde por 14% das emissões globais de GEEs. Os impactos ambientais, econômicos e sociais das mudanças climáticas previstos sobre o setor agrícola são relevantes e complexos. Em alguns casos, o impacto pode ser positivo, porém, no quadro geral, a segurança alimentar estaria sob considerável ameaça, como resultado de secas, inundações e, possivelmente, a produção de biocombustíveis.

Os membros da UNFCCC têm trabalhado em um esboço de texto dividido em duas seções, as quais são negociadas por subgrupos voltados aos tópicos definidos no Plano de Ação de Bali – que iniciou novas negociações e estipulou as áreas a serem incluídas no novo acordo geral. O texto do subgrupo dedicado às abordagens cooperativas setoriais, marcado por diversos parênteses e parágrafos alternativos, contém uma seção específica sobre agricultura.

Nas negociações, o tema agrega parte dos interesses de PDs e PEDs, mas também destaca pontos sensíveis sobre potenciais impactos para o comércio. Um curto parágrafo ressalta a importância das ressalvas relacionadas ao desenvolvimento, porém indica que as atividades no setor não devem resultar em barreiras ou distorções ao comércio internacional de bens e produtos agrícolas. Este ponto faz clara referência às medidas nacionais embasadas em preocupações sobre competitividade, tais como rotulagem, “pegada” de carbono (*carbon footprint*) e medidas de ajuste na fronteira.

O texto apresenta duas alternativas. A primeira opção recomenda às partes que empreendam esforços para promover a mitigação no setor agrícola. A segunda sugere a promoção e cooperação em pesquisa, desenvolvimento, aplicação e difusão de tecnologias, a fim de incentivar a mitigação no setor. Em outras palavras, na primeira opção, os esforços de mitigação poderiam constituir obrigações vinculantes, que poderiam ser alcançadas por diferentes meios; enquanto na segunda opção a mitigação no setor resultaria de promoção e cooperação.

Segurança alimentar negligenciada?

A ausência de uma menção explícita à importância de garantir a segurança alimentar constitui uma omissão relevante em ambas as opções.

A primeira delas contém uma referência importante à eficiência e à produtividade nos sistemas produtivos agrícolas – elementos considerados críticos à gestão da segurança alimentar sustentável em longo termo, especialmente nos PEDs. A proposta contém, ainda, diversas referências entre parênteses sobre considerações importantes para os PEDs, tais como: a proteção dos interesses de pequenos agricultores; o reconhecimento de conhecimentos tradicionais; a conversão dos sistemas produtivos agrícolas em sustentáveis; e a necessidade de promover cooperação em tecnologias, práticas e processos. Uma vez que todos estes elementos se encontram entre parênteses, não há clareza sobre quais devem permanecer no texto de compromisso.

A segunda opção coloca a abordagem cooperativa no centro das estratégias de mitigação. O texto ressalva que as medidas tomadas em decorrência do acordo não devem resultar em barreiras ou distorções ao comércio agrícola internacional. A proposta também atribui ao Órgão Subsidiário para Assessoramento Científico e Tecnológico (SBSTA, sigla em inglês) o desenvolvimento de um programa de trabalho para a mitigação, além de convidar as partes a enviar sugestões sobre este ponto. Em vista da carência de análises e do rápido progresso das questões agrícolas na agenda climática, tais colaborações seriam bem-vindas.

Outra cláusula entre parênteses determina que as abordagens setoriais não devem levar à compensação de carbono ou a iniciativas que tenham resultados negativos para as florestas. Enquanto o foco desta proposta parece repousar sobre a cooperação setorial – ao invés de metas nacionais descoordenadas – alguns observadores defendem que o texto seja esclarecido acerca disso. Defendem, ainda, que seja incluída uma referência a reservatórios de carbono em geral no dispositivo que menciona florestas.

Tradução, adaptação e complementação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 38 - 04 nov. 2009.

Tensão entre PEDs e PDs em Barcelona e Nova Délhi

Delegados africanos deixaram a reunião sobre mudanças climáticas (MCs), ocorrida em Barcelona (Espanha) na semana passada, sob o argumento de que os países desenvolvidos (PDs) não estariam assumindo compromissos sérios para a redução de suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

Paralelamente, um grupo de parlamentares republicanos decidiu boicotar a reunião do comitê responsável por questões ambientais no Senado estadunidense, que debatia uma proposta de legislação para reduzir as emissões do país (ver *Pontes Bimestral*, vol. 5, no. 4, <<http://ictsd.org/i/news/pontes/57086/>>). De acordo com os críticos da proposta, tal legislação seria muito custosa à economia nacional.

A exortação da chanceler alemã, Angela Merkel, ao Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) para que este tome medidas contra o aquecimento global foi recebida com indiferença. A falta de ação da instituição está alimentando críticas de países em desenvolvimento (PEDs), segundo os quais os PDs não estariam comprometidos o bastante com a redução de emissões de GEEs. Os recentes protestos em Washington e Barcelona são prova do aumento da pressão sobre os EUA, associado à aproximação da 15ª Conferência das Partes (COP 15) da

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), a ser realizada em Copenhague (Dinamarca), entre 7 e 18 de dezembro.

Durante as negociações promovidas até o momento, a delegação dos EUA relutou em defender um limite para as reduções de GEEs do país, sob a alegação de que não seria possível estabelecer metas específicas antes da aprovação da legislação sobre MCs no Congresso – posição que vem preocupando outros atores. “Não creio que a comunidade internacional aceitará um acordo que não estabeleça com clareza limites aos EUA”, afirmou à imprensa Yvo de Boer, secretário-geral da UNFCCC.

O presidente dos EUA, Barack Obama, afirmou repetidamente o seu compromisso com a agenda das MCs, a despeito da hesitação do Congresso. Entretanto, a ministra de energia da Dinamarca, Connie Hedegaard, admoestou Obama a não comparecer à conferência sem antes definir compromissos claros. O presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, também manifestou consternação sobre o progresso das negociações, mas conclamou os delegados a persistirem com os planos iniciais. “Se começamos a falar de um plano ‘B’ em Copenhague, provavelmente terminaremos com um plano ‘F’”, argumenta Barroso.

Nova Délhi sedia conferência sobre transferência de tecnologia

No mesmo contexto de pressão, motivado pela aproximação da COP 15, foi realizada em Nova Délhi, nos dias 22 e 23 de outubro, uma Conferência de Alto Nível sobre MCs e transferência de tecnologia.

Tal evento foi precedido de consultas bilaterais entre líderes de China e Índia, que culminaram na assinatura de uma parceria bilateral entre os dois países para o combate às MCs, bem como em fortes manifestações de cobrança sobre os PDs para que aceitem compromissos de transferência de recursos financeiros e tecnologia.

Em Nova Délhi, houve progressos na identificação de elementos para a inclusão de dispositivos sobre transferência de tecnologia em

um eventual acordo a ser firmado em Copenhague. Os presentes concordaram quanto à necessidade de examinar a implementação de mecanismos para o desenvolvimento e a transferência de tecnologia ambiental de maneira concreta e específica, abandonando discussões abstratas.

Com este objetivo, o documento adotado ao final da conferência refletiu visões convergentes sobre elementos para um eventual acordo, quais sejam: i) o aprimoramento da cooperação tecnológica, o que inclui pesquisa e desenvolvimento conjunto de novas tecnologias e produtos; ii) a possibilidade de criação de uma nova rede de centros tecnológicos para fomentar a capacitação e a inovação tecnológicas – proposta indiana inspirada na experiência do Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR, sigla em inglês) –; iii) a necessidade de avaliações periódicas e fornecimento de consultoria sobre o estado da arte das tecnologias ambientais; iv) o papel fundamental do financiamento às tecnologias e, em particular, financiamento público; e v) a necessidade de aprimorar o acesso e o emprego de tecnologias para permitir o combate aos efeitos das MCs.

A ausência dos direitos de propriedade intelectual (DPIs) – um dos temas mais controversos relacionados às MCs – no documento final reflete as discordâncias existentes entre os participantes. O primeiro ministro indiano, Manmohan Singh, afirmou ao final do encontro que considera as tecnologias para as MCs “bens públicos globais”, de modo que “o regime de direitos de propriedade intelectual aplicado a estes bens deveria equilibrar a remuneração aos inventores com a necessidade de promover o bem comum da humanidade”. O secretário geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad, sigla em inglês), Supachai Panichpakdi, mencionou que PEDs também deveriam ser incentivados a fazer pleno uso das flexibilidades existentes em acordos sobre propriedade intelectual, e até mesmo a defender “a reformulação destes acordos à luz da proporção das mudanças climáticas”.

Por outro lado, os PDs defendem que DPIs fortes são essenciais para a inovação e o investimento em tecnologias limpas, e resistem ferozmente a movimentos voltados a flexibilizar os regimes de

propriedade intelectual em um acordo climático. Apesar do silêncio do documento, Jairam Ramesh, ministro indiano do meio ambiente, enfatiza que o debate sobre a questão permanecerá em aberto.

Apesar de sua natureza informal, a conferência de Nova Délhi – ao reunir atores centrais e identificar elementos-chave para os debates – parece ter aumentado as probabilidades de conclusão de um acordo sobre transferência de tecnologia na COP 15. A reunião de Barcelona, por outro lado, faz transparecer que o sucesso em Copenhague está longe de garantido.

Tradução e adaptação de textos originalmente publicados em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 38 - 04 nov. 2009, e *Bridges Trade BioRes*, Vol. 9, No. 19 - 30 out. 2009.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Especialistas debatem o papel da China no comércio e na governança econômica internacionais

A China, a economia com crescimento mais célere, tornou-se recentemente um ator fundamental em termos de governança econômica mundial – processo que apresentou controvérsias. O novo papel da potência econômica foi objeto de debate entre especialistas que se reuniram em Genebra na semana passada.

O colóquio “Bridges: diálogo sobre a China” (*Bridges China Dialogue*), ocorreu em 26 e 27 de outubro e abrangeu uma vasta gama de temas, de mudanças climáticas e eco-turismo a investimento, passando por considerações acerca do protecionismo e da Rodada Doha. O encontro, que reuniu representantes de governos, acadêmicos e líderes do setor privado, contou com a participação do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy.

A conferência foi parcialmente patrocinada pelo International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), *think tank* independente baseado em Genebra e financiador das publicações *Bridges* e *Pontes*.

Crescimento econômico

A economia chinesa, no momento a quarta maior do mundo – depois de União Europeia (UE), Estados Unidos da América (EUA) e Japão –, deve crescer 8% neste ano, segundo estimativas. Por sua vez, a economia estadunidense encolheu pelo segundo trimestre consecutivo, a despeito de algumas previsões apontarem para uma pequena retomada do crescimento no terceiro trimestre, encerrado em setembro.

De acordo com Yutai Zhang, diretor do Centro de Pesquisa sobre Desenvolvimento da China, as exportações chinesas recuarão entre 16 e 20% em relação ao ano passado. As remessas de mercadorias além-mar, contudo, serão maiores em 2010, ano em que se projeta uma tímida expansão de 8 a 10%. Recentemente, a China suplantou os EUA como segundo maior exportador do mundo, atrás da Alemanha. Na verdade, estima-se que a potência asiática ultrapassará a Alemanha na exportação de bens e serviços após a publicação dos números do final de 2009. Em julho, os dois países já apresentavam níveis similares de exportação, conforme estatísticas da OMC.

Uma renovação na demanda mundial por produtos chineses repercute em algumas regiões industriais da China, relatou Zhang. Companhias locais têm enfrentado dificuldade para encontrar mão-de-obra suficiente, sobretudo a de formação especializada, para responder ao volume de encomendas.

As importações chinesas também têm aumentado, com efeitos importantes sobre outras partes do globo, de acordo com especialistas. Martyn Davies, diretor-executivo do Centro de Estudos Chineses da Universidade Stellenbosch, na África do Sul, afirmou que a demanda chinesa tem resultado em crescimento econômico para as nações africanas. Davies destacou que a África é responsável por 25% das importações de energia realizadas pela China e acrescentou que as relações comerciais sino-africanas foram impulsionadas, em grande parte, pelo forte apoio das lideranças políticas africanas aos investimentos chineses na região. À exceção da África do Sul, as economias de todos os países africanos crescerão neste ano, em decorrência, parcialmente, da ampliação da demanda na China, sustentou Davies.

Essas novas relações inserem-se na política de expansão das relações transfronteiriças da China com países com menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Aproximadamente 20% de todas as mercadorias exportadas por PMDRs têm a China como destino. O embaixador chinês na OMC, Sun Zhenyu, assinalou que essas relações comerciais continuarão a se expandir, já que Pequim deve ampliar o acesso às mercadorias de PMDRs.

Pressões pela abertura comercial

O embaixador europeu Eckart Guth iniciou a sessão sobre governança econômica global afirmando que as políticas chinesas afastaram os investidores europeus. Segundo Guth, Pequim não atua suficientemente para proteger os direitos de propriedade intelectual e, ademais, instaurou barreiras excessivas ao investimento externo, que culminaram na discriminação contra firmas estrangeiras.

Em contrapartida, o embaixador chinês alegou que esse cenário não é verossímil, pois investidores estrangeiros, incluindo os europeus, aplicaram US\$ 90 bilhões no país asiático em 2008. Sun observou que a China adotou medidas drásticas para abrir a sua economia, antes da acessão à OMC, em 2001. O embaixador ressaltou que a comunidade internacional não pode ignorar os avanços obtidos até o momento e pediu paciência enquanto a China promove as adaptações necessárias.

A realidade indica que os parceiros comerciais da China não pretendem adotar a postura recomendada pelo embaixador. O país é o destino preferencial de retaliações comerciais, como medidas *antidumping* e de salvaguarda, observou Simon Evenett, co-fundador do *site* Global Trade Alert, que monitora políticas protecionistas adotadas pelos países em meio às turbulências decorrentes da crise. Para Evenett, essa tendência deve ser mantida, mesmo com a recuperação econômica mundial.

Maiores informações

O *site* do Global Trade Alert é: <http://www.globaltradealert.org/>. Os materiais

referentes à reunião serão disponibilizados em breve no *site* Bridges China (<www.ictsd.org>).

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado no *Bridges News Weekly Digest*, Vol. 13, No. 37 - 28 out. 2009.

Brasil levanta obstáculos à entrada de produtos argentinos no país

No final de outubro, a adoção de medidas por parte de autoridades brasileiras tornou as relações comerciais Brasil-Argentina ainda mais tensas. Um grande número de caminhões argentinos teve a sua entrada em território brasileiro suspensa até a obtenção de licenças não-automáticas de importação. A medida barrou a pronta entrada de produtos como frutas, alho, vinho, queijo, cosméticos e farinha de trigo, sendo que 27 mil toneladas deste último produto esperam a liberação da alfândega brasileira. Segundo o Ministério da Produção da Argentina, 9% das exportações direcionadas ao Brasil foram afetadas pela medida.

Os novos acontecimentos agravam o desgaste nas relações comerciais entre os dois países observado desde meados de 2008, quando eclodiu a crise financeira internacional. Desde então, a Argentina suspendeu licenças automáticas, elevou preços de referência, instaurou cotas de exportação, entre outras medidas, para reduzir o afluxo de produtos brasileiros ao seu mercado interno (ver Pontes Quinzenal, vol. 4, no. 3, <<http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/41963/>>). Segundo autoridades argentinas, o Brasil também faz uso de mecanismos protecionistas por meio da desoneração da produção e de empréstimos, além de criação de novas barreiras não-tarifárias, como as licenças prévias à importação.

Nas negociações entre empresários argentinos e brasileiros, ocorridas nos meses de junho e julho, os setores brasileiros de embreagens, calçados e móveis concordaram em auto-restringir suas exportações entre 19 e 40%, esperando colocar um fim às desavenças comerciais bilaterais (ver Pontes Quinzenal, vol. 4, no. 10, disponível em: <http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/48219/>

). Na ocasião, a Argentina prometeu abrandar o nível de exigências das licenças prévias de importação. Entretanto, a liberação das licenças continuou a demorar mais que 60 dias – prazo máximo para a liberação de mercadorias estipulado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) –, chegando a 180 dias em alguns setores.

A espera das mercadorias na alfândega brasileira causou grande desconforto em empresários argentinos, os quais pressionaram as autoridades do país para que chamassem o embaixador brasileiro na Argentina, Mauro Vieira, a se pronunciar acerca das medidas adotadas pelo Brasil. O secretário argentino de Relações Econômicas Internacionais, Alfredo Chiaradía, entendeu a medida brasileira como “desproporcional”, uma vez que não foi precedida de aviso e afetou a entrada de alimentos perecíveis, os quais podem se deteriorar em razão da espera na alfândega. Em resposta à manifestação de Chiaradía, Vieira afirmou que o Brasil se preocupa com a diminuição acentuada das exportações brasileiras à Argentina e lembrou o não-cumprimento, por parte das autoridades argentinas, do prazo de 60 dias estipulado pela OMC para a liberação das licenças não-automáticas.

A retenção repentina das mercadorias argentinas na alfândega brasileira é fundada na Portaria N° 25, de 27 novembro de 2008, da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a qual, entre outros assuntos, trata da possibilidade de as autoridades alfandegárias exigirem repentinamente licenças não-automáticas de importação. A exportação ao Brasil sem a outorga de licenças pode levar os importadores – baseados em território brasileiro – a receberem multas de R\$ 5.000 por cada licença irregular.

Desvio de comércio em favor da China

O Brasil preocupa-se com a contínua redução do fluxo comercial com a Argentina. Somente no primeiro semestre de 2009, as suas exportações ao país vizinho sofreram queda de 43%, em decorrência das medidas tomadas pela Argentina para reduzir a presença de produtos brasileiros em seu mercado interno. A principal crítica brasileira a essas medidas consiste no fato de elas não

implicarem a substituição de importações, mas sim o desvio de comércio em favor, principalmente, da China. O Brasil já perdeu a liderança nos setores argentinos de têxteis e confecções, bem como o de calçados e eletrodomésticos para o emergente asiático, que tem intensificado a sua presença nos países da América do Sul nos últimos meses.

O avanço das exportações chinesas de têxteis na Argentina, em valores, foi de 65,4% comparativamente aos primeiros oito meses de 2009 com o mesmo período de 2007. O Brasil, em contrapartida, viu suas exportações reduzirem em 37,7%, levando em conta o mesmo recorte temporal. No setor de calçados, o fenômeno se repete: os chineses figuram como maiores fornecedores, representando 51,4% das importações, enquanto que o Brasil ocupa o segundo lugar, com 44,5%.

Além disso, os produtos brasileiros serão provavelmente prejudicados pela aprovação de projeto de lei, pelo Senado argentino, que eleva os impostos internos para eletrônicos e produtos importados relacionados à informática. Dentre esses produtos, a exportação de celulares brasileiros seria a mais afetada.

Iniciativa privada do Brasil tece críticas ao Mercosul

O setor privado mostra-se extremamente insatisfeito com as medidas comerciais adotadas pela Argentina e com a evolução do Mercosul. O bloco econômico, em tese uma união aduaneira – nível de integração que exige a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC) –, enfrenta dificuldades no processo de consolidação como área de livre comércio. Segundo o diretor de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Fonseca, o Brasil deveria “dar um passo atrás e reinventar o Mercosul como área de livre comércio”. Isso traria benefícios ao país, que não precisaria mais negociar acordos em conjunto com os demais integrantes do Mercosul, o que torna o processo de negociação mais lento.

Para os empresários brasileiros, as desavenças com a Argentina e a possível entrada da Venezuela no bloco contribuem para torná-lo frágil nas negociações com outros países ou blocos como a

União Europeia (UE). Os europeus exigem a livre circulação de mercadorias no bloco sul-americano, a qual foi colocada em risco em decorrência das medidas adotadas por Argentina e Brasil. Desta forma, seria interessante ao país negociar em separado com a UE, sem desprezar as obrigações que assumiu no âmbito do Mercosul.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

El Universal. Crece tensión comercial entre Brasil y Argentina. (28/10/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=633149>. Acesso em: 30 out. 2009.

La Nación. Brasil niega que sus medidas sean represalias comerciales contra la Argentina. (29/10/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/internacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=633447>. Acesso em: 30 out. 2009.

Mercosur ABC. Reclamos de la Cancillería argentina - Brasil y las licencias no automáticas. (29/10/2009). Disponível em: <<http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=2187&IdSeccion=1>>. Acesso em: 30 out. 2009.

O Estado de São Paulo. Argentina e Brasil voltam às turras. (28/10/2009). Disponível em: <http://www.amcham.com.br/update/2009/update2009-09-16e_dtml>. Acesso em: 30 out. 2009.

O Estado de São Paulo. Empresas querem recriar Mercosul. (01/11/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=634508>. Acesso em: 02 nov. 2009.

Valor Econômico. Mercadorias da Argentina ficam paradas na fronteira. (28/10/2009). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=632851>. Acesso em: 30 out. 2009.

BREVE MULTILATERAL

ONGs obtêm acesso a solução de disputa sobre investimentos

Uma coalizão de organizações não-governamentais (ONGs) obteve acesso à informação em uma arbitragem envolvendo um grupo europeu de investidores e o governo da África do Sul. Tal desdobramento desafia a confidencialidade característica de disputas internacionais em matéria de investimentos. A coalizão é constituída pelas seguintes ONGs: Centre for Applied Legal Studies; Center for International Environmental Law; International Centre for the Legal Protection of Human Rights; e Legal Resources Centre. Uma petição foi separadamente enviada pela Comissão Internacional de Juristas.

Na arbitragem “Piero Foresti, Laura De Carli e outros v. A República da África do Sul”, que ocorre no âmbito do Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (CIRDI) do Banco Mundial, cidadãos italianos e uma corporação de Luxemburgo argumentam que seus direitos de propriedade sobre recursos minerais foram expropriados com base em dispositivos da legislação sul-africana. Mais precisamente, os investidores europeus referem-se à Lei de Desenvolvimento de Recursos Minerais e Petrolíferos (MPRDA, sigla em inglês), aprovada com vistas a tratar das desigualdades econômicas decorrentes do regime do *Apartheid* na África do Sul, entre outros objetivos.

A natureza sensível do pedido dos investidores chamou a atenção de uma série de grupos da sociedade civil da África do Sul e de outras localidades. Há três meses, cinco ONGs solicitaram autorização para submeter um parecer ao tribunal.

Em contraste com as disputas comerciais travadas entre Estados, os acordos internacionais de investimentos normalmente permitem que investidores estrangeiros proponham arbitragens diretamente contra o Estado que os abriga. Tais arbitragens investidor-Estado têm sido criticadas por sua excessiva confidencialidade. Os

procedimentos não são conhecidos publicamente e, diferentemente das disputas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), os argumentos apresentados pelas Partes em disputa raramente são publicados.

O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, sigla em inglês) prevê que partes não envolvidas tenham acesso à defesa (*pleading*) em disputas investidor-Estado. Fora do âmbito do NAFTA, há apenas um caso em que foi concedido a uma Parte não envolvida o acesso à informação, de acordo com Luke Eric Peterson, editor do boletim *Investment Arbitration Reporter*. No início do ano, a Comissão Europeia obteve acesso à fase de defesa em uma disputa envolvendo a empresa de energia Electrabel e o governo da Hungria. Em um momento posterior, permitiu-se a apresentação de um *amicus curiae*.

Nesse sentido, é notável que a decisão do tribunal, divulgada em 5 de outubro, tenha garantido às quatro ONGs o direito de submeter um parecer por escrito, bem como ordenado aos investidores e ao governo sul-africano que disponibilizassem informações legais centrais ao caso para esse grupo de ONGs.

A decisão do tribunal foi aclamada como “um passo significativo em direção à transparência em arbitragens investidor-Estado” pelo Center for International Environmental Law, uma das ONGs envolvidas.

A coalizão de ONGs afirma que sua intervenção se concentrará nas obrigações legais da África do Sul com vistas à promoção dos direitos humanos, bem como na relação entre tais responsabilidades e os compromissos assumidos pela África do Sul em acordos internacionais em matéria de investimentos.

“Embora pareça cedo para chamar isso de uma tendência, certamente não se trata de uma anomalia”, declarou Peterson em entrevista. Ele observou, entretanto, que não existe um precedente formal em arbitragens relativas a investimentos. Apesar de acreditar que os próximos julgamentos permitirão a disponibilização de informações de forma semelhante em arbitragens no âmbito do CIRDI,

é possível que alguns ainda resistam a essa tendência.

Cabe destacar que a decisão que garante o acesso das ONGs à fase de defesa na disputa envolvendo a África do Sul não significa a divulgação de tais documentos ao público. A decisão de publicar os documentos relacionados à disputa ainda permanece a critério do governo da África do Sul e dos investidores.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 37 - 28 out. 2009.

BREVES REGIONAIS

Adesão da Venezuela ao Mercosul é aprovada em última comissão do Senado

Após dois anos de espera pelo trâmite no Congresso brasileiro, a proposta de ingresso da Venezuela ao Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) avançou no processo de aprovação. Em seguida às discussões regulares – as quais polarizaram parlamentares pró-governo e opositoristas –, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado aprovou o protocolo de adesão em 29 de outubro. A proposta seguirá ainda para o plenário do Senado, onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva espera contar com votos suficientes para a aprovação.

A audiência pública que antecedeu a decisão da CRE contou com a participação do prefeito da capital venezuelana, Antonio Ledezma. Apesar de ser um reconhecido opositor do presidente Hugo Chávez, o prefeito defendeu a aprovação da proposta, mas enfatizou que ressalvas devem ser impostas. De acordo com as restrições recomendadas, a entrada do país ao bloco seria condicionada à garantia, por parte da Venezuela, de respeito aos princípios democráticos, bem como aos acordos já firmados entre o Mercosul e outros países. “Quanto mais isolado estiver Chávez, mais perigoso será em relação à integração e à paz em nosso continente”, declarou Ledezma.

As discussões acerca da repercussão política do ingresso foram levantadas desde o início da proposta, encaminhada à Câmara em 2007. Diversos analistas temem a entrada da Venezuela no bloco, por considerarem a orientação de Chávez autoritária e nacionalista. Segundo a professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, Sônia Camargo, a adesão significaria a incorporação de um comportamento que destoaria da orientação da política externa brasileira, de caráter mais agregador.

Inicialmente, o senador Tasso Jereissati, relator da proposta, opôs-se à sua aprovação. Seguindo os argumentos recorrentes dos críticos à adesão, o senador apontou a falta de cumprimento de quesitos técnicos, bem como da cláusula democrática inserida no Protocolo de Ushuaia. Já os senadores defensores do projeto sustentaram que a insatisfação com a postura política do mandatário não deveria prejudicar a população venezuelana. Afinal, Jereissati retrocedeu em sua posição inicial e votou pela aprovação da proposta, desde que condicionada à existência de garantias contra a incorporação do modelo autoritário de Chávez. Contudo, a viabilidade de impor tais exigências não está confirmada.

No que toca ao impacto econômico, a entrada da Venezuela representa oportunidade de significativa expansão da corrente comercial com os membros do Mercosul. O país apresenta forte dependência das importações, que suprem 70% de seu consumo interno. Em 2007, o Brasil tornou-se o segundo parceiro comercial do país, atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), principal comprador do petróleo venezuelano. Em 2008, o volume de comércio entre Brasil e Venezuela atingiu US\$ 5,7 bilhões, com superávit de US\$ 4,6 milhões para o Brasil. As exportações brasileiras cresceram 9% entre 2007 e 2008, taxa consideravelmente inferior à alcançada no período anterior – 32%. Por sua vez, as importações a partir da Venezuela observaram o movimento inverso: a redução de 41% entre 2006 e 2007 deu lugar a um aumento de 56% no ano seguinte. Os principais produtos brasileiros exportados para o parceiro andino são carnes, leite e telefones celulares.

A Venezuela, que assinou o protocolo de adesão em 2006, precisará cumprir os requisitos definidos no protocolo de adesão, dentre os quais adotar a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. Um grupo de trabalho foi constituído para acompanhar o processo de ingresso (ver *Pontes Quinzenal*, vol. 2, no. 1, <<http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/5368/>>). Ainda que seja aprovado definitivamente pelo Brasil, o documento necessitará passar pelo crivo parlamentar do Paraguai, onde não consta na pauta do congresso.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência Senado. *Alcalde de Caracas defiende ingreso en el bloque*. (30/10/2009). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/agencia/internacional/es/not_924.aspx>. Acesso em: 04 nov. 2009.

Folha de São Paulo. *Oposição quer adiar votação final sobre Venezuela no Senado*. (02/11/2009). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u646465.shtml>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Estatísticas de comércio exterior - Balança comercial brasileira - Países e blocos econômicos - Venezuela (janeiro/dezembro 2008)*. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1817&refr=576>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

O Globo. *Lula: adesão da Venezuela ao Mercosul será aprovada em 10 dias*. (30/10/2009) Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/10/30/lula-adesao-da-venezuela-ao-mercosul-sera-aprovada-em-10-dias-914437022.asp>>. Acesso em: 04 nov. 2009.

Com novo marco regulatório, Brasil busca promover setor da mineração

O governo federal está discutindo o marco regulatório da mineração, que deverá ser votado em 2010. O propósito da legislação é aumentar a influência do governo sobre decisões

concernentes ao setor no Brasil. O projeto está em debate no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME) e, entre outras providências, pode aumentar os royalties cobrados no setor de mineração, ou seja, o Estado passará a cobrar uma taxa mais elevada pela exploração de recursos de sua propriedade.

É em torno dos royalties que se baseia grande parte das recentes controvérsias sobre o tema. Para alguns representantes do governo, a proporção de 2% da renda bruta para pagamento é diminuta ante os 10% arcados pela indústria petrolífera. Somando-se os impostos, a base de comparação passaria para 12% no setor minerador, enquanto a Petrobras, por exemplo, paga 60% de sua receita em tributos e royalties.

A referida proposta emerge em um contexto em que lideranças do governo têm insistido na necessidade de uma mudança estrutural no setor de mineração diante das oportunidades que surgem com a recuperação econômica mundial. Nesse sentido, também cogitou-se, nas últimas semanas, a imposição de taxas sobre exportações de commodities minerais. No entanto, entre esta proposta e aquela de aumento sobre os royalties, o governo parece priorizar esta última no novo código mineral. Com isso, espera-se elaborar um posicionamento estratégico para o setor, que garanta o crescimento das exportações de produtos com algum valor agregado, no lugar de matéria em estado bruto, bem como o aumento da arrecadação com essas vendas.

As diretrizes do novo código mineral, disponibilizadas no sítio eletrônico do MME, preveem a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em uma agência reguladora: a Agência Nacional de Mineração. Além disso, será criado o Conselho Nacional de Política Mineral, diretamente ligado à Presidência da República; e um órgão técnico, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais.

Uma das principais preocupações do projeto é incluir a sustentabilidade no modelo de desenvolvimento em um setor que tem sido, de acordo com alguns especialistas, negligenciado pela fiscalização governamental. Também, pretende-se atualizar a legislação em vigor desde 1934 e abolir a prática da “mineração de papel”,

situação em que empresas obtêm concessões para pesquisa e, no entanto, não desenvolvem nenhuma atividade de exploração, aguardando vantagens posteriores com a especulação imobiliária sobre essas áreas.

Os esforços para conclusão do projeto do código mineral integram uma ampla ação do governo para promover a centralização política de temas importantes do desenvolvimento nacional, como ocorreu com o marco regulatório do pré-sal e com o setor elétrico. Segundo previsões do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), dos US\$ 47 bilhões que deverão ser investidos no setor mineral, mais da metade será destinada à produção de minério de ferro, uma das commodities mais comercializadas pelo país. A versão final do projeto é aguardada ainda para este ano.

Para maiores informações, consultar: <http://www.mme.gov.br/sgm/galerias/arquivos/noticias/SGM_Apres_Novo_Marco_Regulatorio_da_Minerao.pdf>.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes Consultadas:

Agência Brasil. Código mineral deve ser encaminhado ao Congresso neste ano, diz Lobão. (02/09/2009). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/09/02/materia.2009-09-02.4310523155/view>>. Acesso em: 29 out. 2009.

IBRAM. Taxação de exportação reduziria a competitividade. (21/10/2009). Disponível em: <http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=95133>. Acesso em: 31 out. 2009.

O Estado de S. Paulo. Governo quer cobrar mais da mineração. (11/09/2009). Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,governo-quer-cobrar-mais-da-mineracao,433054,0.htm>>. Acesso em: 30 out. 2009.

Valor Econômico. Novo código aumentará o controle sobre a mineração. (26/10/2009). Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/?impresso/caderno_a/83/5888981/novo-codigo-aumentara-o-

controle-sobre-a-mineracao>. Acesso em: 01 nov. 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

9 de novembro

Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação do Comércio

11 de novembro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Senegal e Níger

11 e 12 de novembro

Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica

12 de novembro

Reunião do Comitê sobre Orçamento, Finanças e Administração

13 de novembro

Reunião do Conselho para Comércio de Serviços – Sessão Especial

17 de novembro

Reunião do Conselho Geral

19 de novembro

Reunião do Comitê sobre Agricultura
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

Unctad

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.aspx?intItemID=2068>>

9 a 11 de novembro

7ª Conferência Internacional sobre Gestão de Débitos

Local: Genebra, Suíça

9 a 18 de novembro

Curso sobre solução de disputas relacionadas a investimentos para países latino-americanos

Local: Santiago, Chile

10 de novembro

Palestra sobre desenvolvimento: “Estratégias de Desenvolvimento Aprendidas com a Crise Econômica Global”.

Local: Bir Zeit, Território Ocupado da Palestina

10 a 13 de novembro

13ª Conferência sobre o Comércio de Petróleo Africano, Gás e Minérios

Local: Bamako, Mali

Fóruns Regionais

Mercosul

Local: Montevideu, Uruguai

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/gxpsites/hgxpp001?7,1,699,O,S,0,,&seccion=3>>

11 a 13 de novembro

XXXVI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho sobre Agricultura

12 e 13 de novembro

Encontro do Grupo Técnico de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social

17 de novembro

Reunião Mercosul-Egito

18 a 20 de novembro

Reunião Mercosul-Jordânia

XXVIII Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho sobre Assuntos Financeiros

19 e 20 de novembro

Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Energia

Reunião do Subgrupo de Trabalho sobre Mineração

Cepal

Local: Santiago, Chile

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

19 de novembro

Seminário: “O papel do Estado e das políticas públicas em Ciência, Tecnologia e Inovação para a Competitividade e o Desenvolvimento”

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

11 e 12 de novembro

Encontros: “Iniciativas de Investimentos na África”

Local: Joanesburgo, África

12 e 13 de novembro

Conferência “Novos modelos de inovação para o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade”

Local: Paris

14 e 15 de novembro

Encontro dos Líderes da APEC (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico, sigla em inglês)

16 e 17 de novembro

Conferência “Boa governança em nível local e regional em tempos de turbulência: o desafio da mudança”

Local: Utrecht, Holanda

16 a 18 de novembro

Cúpula Mundial da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) sobre Segurança Alimentar

Local: Roma, Itália

17 e 18 de novembro

Seminário: “a Liderança da Coreia do Sul no G-20: Avaliando as Principais Questões para 2010”

Local: Seul, Coreia do Sul

Informações Úteis

Pontes organiza mesa-redonda sobre relação entre comércio e mudanças climáticas

O *Pontes* promoverá, em parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), uma mesa-redonda sobre o tema “Copenhague: a difícil equação entre mudanças climáticas, comércio e desenvolvimento sustentável”. O evento será realizado em 20 de novembro, no Edifício da Apex, em Brasília, e fechará um curso de quatro dias voltado à capacitação de profissionais de imprensa para trabalhar com temas relacionados e esta temática. Para maiores informações e para inscrever-se, entrar em contato com Maria Julia Torres ou Walquiria Felizardo pelo e-mail: <eventos@cebri.org.br>, ou pelo telefone: (21) 2219-4469.

Governo antecipa aumento de mistura do biodiesel

O governo brasileiro decidiu antecipar em três anos a meta para o aumento de 4 para 5% da mistura de biodiesel ao diesel. O anúncio, feito pelo presidente do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, tem por argumento central a confiança da indústria automobilística em relação à qualidade do biodiesel atualmente produzido no país. A adoção do patamar obrigatório de mistura de 5% estava prevista para 2013, e passa então a ter como teto o ano de 2010.

Estudo do Ministério do Meio Ambiente aponta aumento nas emissões do setor agropecuário

O Ministério do Meio Ambiente divulgou, no dia 27 de outubro, a estimativa de emissões de gases de efeito estufa resultantes das atividades agropecuárias. O estudo demonstra que o setor passou a emitir 30% a mais de dióxido de carbono e gases equivalentes no período de 1994 a 2007. Além de fornecer subsídio para o planejamento de políticas públicas, o estudo também deve servir de base para a proposta a ser apresentada pelo Brasil na 15ª Convenção das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do

Clima, em Copenhague. Mais informações em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=ascom.noticiaMMA&codigo=5253>>.

British Petroleum investirá na produção de etanol celulósico no Brasil

A empresa petrolífera inglesa British Petroleum (BP) anunciou que pretende estender ao Brasil os investimentos decorrentes de sua pesquisa em etanol de segunda geração. Após a construção da primeira planta a produzir em escala industrial, prevista para 2010, nos Estados Unidos da América, a BP pretende transferir a tecnologia ao Brasil, em 2013. A empresa, que possui participação em usinas no Brasil, almeja ser a primeira a produzir em larga escala, a partir de 2020. Mais informações em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=632200>.

Universidade de Salamanca seleciona professores visitantes

O Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da Universidade de Salamanca (Usal) firmou convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a seleção de quatro professores visitantes brasileiros. Com o objetivo de difundir estudos sobre a sociedade brasileira, as vagas oferecidas enquadram-se nas áreas de direito, economia, educação e geografia. A permanência é de dois meses, período de 15 de janeiro a 15 de março de 2010. Os candidatos selecionados deverão desenvolver pesquisa, elaborar estudos, ministrar aulas e colaborar com as atividades do CEB. A bolsa oferecida pelo CNPq é de R\$ 14,3 mil do CNPq. A Usal complementarará o montante com 600 euros mensais para cada pesquisador. A universidade espanhola também garante local de trabalho e infraestrutura para realização das atividades docentes, de pesquisa e preparação de aulas dos visitantes brasileiros. Os candidatos devem possuir título de doutor, experiência profissional e produção técnico-científica compatível. As propostas devem ser apresentadas até o dia 10 de novembro. Para mais informações: <www.cnpq.br/editais/ct/2009/usal.htm>.